

RELATÓRIO E CONTAS 2021



Transporte Colectivo Urbano de Luanda - EP





Transporte Colectivo Urbano de Luanda E.P.

CONTRIBUINTES N° 5410003268

RELATÓRIO E CONTAS DE 2021

LUANDA – ANGOLA



TCUL

TRANSPORTE COLECTIVO URBANO DE SANTIAGO

Torino

VOLVO

Marcopolo

C215

20U015

LD 58 67 HJ

ÍNDICE

1. Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	6
2. Síntese de Principais Indicadores	8
3. Apresentação e Enquadramento	10
3.1. Síntese Histórica	11
3.2. Missão, Visão e Valores	12
3.3. Universo de Empresa TCUL	13
4. Estrutura Organizacional	14
5. Actividade	17
5.1. Exploração Operacional	19
5.2. Frota de Autocarros	21
5.3. Recursos Humanos	22
5.4. Indicadores Economico - Financeiro	25
6. Demonstrações Financeiras 2021	27
Balanço	29
Demonstração de Resultados	30
Notas ao Balanço	40
Notas ao Demonstração de Resultados	50

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfoc 1 – Comparativo de viaturas	19
Gráfico 2 - Comparativo de passageiros	19
Gráfico 3 - Comparativo de autocarros por serviços	20
Gráfico 4 - Exploração da frota	21
Gráfico 5 - Distribuição por género	23
Gráfico 6 - Colaboradores por faixa etária	23
Gráfico 7 – Colaboradores por antiguidade	24

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Indicadores /Resumo	9
Tabela 2 - Composição do Conselho Fiscal	16
Tabela 3 - Comparativo da previsão e real da exploração	19
Tabela 4 - Rede de serviço público em 31 de Dezembro de 2021	20
Tabela 5 - Comparativo dos indicadores dos serviços	20
Tabela 6 – Autocarros existentes	21
Tabela 7 – Distribuição do pessoal por área	22
Tabela 8 – Distribuição funcional	23
Tabela 9 - Comparativo da previsão e real dos proveitos e custos totais	25
Tabela 10 - Comparativo da evolução do activo, passivo e capital próprio	25
Tabela 11 - Comparativo do fundo de maneiio e outros	25
Tabela 12 - Comparativo dos indicadores de estrutura	26



1. Mensagem do PCA

Prezados colegas,

Em 2021, mais concretamente em Setembro, foi nomeado o novo Conselho de Administração da TCUL EP, com a missão de dar seguimento ao plano de reformas da empresa, e com enfoque na mudança de cultura organizacional e mentalidade dos seus colaboradores para de certa forma, ser possível, trilhar os caminhos do desenvolvimento e crescimento da instituição.

Temos consciência que não será uma tarefa fácil, mas possível de se concretizar, uma vez que acreditamos no Ser Humano, nas suas ambições e perspectivas de crescimento na carreira, por isso, juntos podemos crescer e fazer crescer a TCUL.

São vários os desafios que temos pela frente, mas a componente humana será sempre a nossa prioridade, daí assumirmos o compromisso de realizar reformas que vão de encontro às suas expectativas em termos salariais e de progressão na carreira.

O ano de 2021 não foi um ano bom para as empresas no geral, mas o impacto negativo foi mais acentuado nas empresas do Sector dos Transportes onde a TCUL está inserida. O flagelo da pandemia da COVID – 19 iniciada em 2020, foi o principal responsável por este fraco desempenho das empresas cujos reflexos foram visíveis no resultado da economia do país, que registou pelo sexto ano consecutivo uma recessão económica.

Embora tenha sido um ano crítico e difícil em toda a sua dimensão do negócio, o resultado do exercício em referência, positivo em mais de mil milhões de kwanzas, demonstram por si só o nosso compromisso com o principal accionista, o Estado, e com os nossos clientes representativos da camada da população mais carenciada e que precisa dos nossos serviços diariamente.

Auguramos que o ano de 2022 seja melhor, e que possamos aumentar os nossos indicadores, não só em termos de receitas, mas sobretudo no número de passageiros a transportar, como sendo a nossa principal missão para garantia permanente deste serviço público, com uma forte componente social.

Finalmente, perante os nossos Clientes, Accionistas, Reguladores e Entidades directamente ligadas ao mercado e o negócio de transportação urbana de passageiros, reforçamos o nosso compromisso em continuarmos a honrar a confiança depositada em nós, sendo certo que continuaremos firmes e dedicados à prestação de um serviço público cada vez mais de excelência, rentável e que seja uma referência nacional.

Obrigado pelo vosso inestimável apoio.

Catarino Eduardo Cesar

PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



2.

Sínteses dos Principais Indicadores



2. SÍNTESES DOS PRINCIPAIS INDICADORES

O painel seguinte apresenta os principais indicadores de desempenho, evidenciando de forma sistematizada os resultados alcançados em 2021 nas dimensões Procura, Frota, Recursos Humanos e Resultados, procedendo à sua análise e comparação com o período homólogo de 2020.

Tabela 1 - Indicadores / Resumo			
Indicadores de Actividade	Real 2021	Real 2020	Var 2020/2021 (%)
Indicadores de Procura			
Passageiros Transportados	58 934 231	21 710 060	63%
IPK (Passageiros x Km)	2,16	3,30	34%
Média de Viaturas Operacionais	168	105	38%
Nº de Efectivos	2022	1720	15%
Massa Salarial (AOA)	3 419 801 966,77	2 199 116 955,00	36%
Situação Patrimonial (AOA)			
Activo não Corrente	31 140 039 373,69	33 935 025 328,00	-8%
Activo Corrente	1 704 773 629,23	590 619 935,00	189%
Total Activos	32 844 813 002,92	34 525 645 263,00	-5%
Capital Proprio	-3 783 583 992,64	-4 772 364 250,00	21%
Passivo	36 628 396 995,56	39 298 009 513,00	7%
Total Capital Próprio e Passivo	32 844 813 002,92	34 525 645 263,00	5%
Indicadores de Estrutura			
Autonomia Financeira	-11,52%	-13,82%	-17%
Solvabilidade	-10,33%	-12,14%	-15%
Indicadores Financeiros (AOA)			
Prazo médio de pagamentos (PMP)	33,65	5,36	84%
Receitas Arrecadada	12 404 548 351,32	4 802 760 585,00	61%
Resultado Líquido	1 059 300 796,01	-568 661 742,63	154%
Custo Operacionais	1 669 872 332,60	1 507 103 478,00	10%

3.

Apresentação e Enquadramento



3.1. SÍNTESE HISTÓRICA

No período antes da independência de Angola, existia a empresa STCL, Serviços de Transportes da Câmara Municipal de Luanda, cuja sede funcionava no Bungo, junto às instalações do Caminho de Ferro de Luanda, sendo as instalações da Mutamba, adjacente ao Governo Provincial de Luanda, reservado à venda de Bilhetes e paragem principal com partidas para vários pontos da cidade.

Após a independência nacional, foi extinta a STCL, dando lugar a criação da ETP, Empresa de Transportes Públicos no ramo rodoviário, com objectivo de transportar carga e passageiros a nível nacional, tendo a sua evolução permitido a extensão dos trabalhos nas instalações da FILDA (actual Feira Internacional de Luanda), com autocarros de marca Ikarus, e posteriormente, a criação da Base do Cazenga em 1980, que numa primeira fase comportava 50 autocarros articulados de marca Volvo.



Aos 27 de Fevereiro de 1988, conforme Diário da República nº 9, 1ª série, foi criada a TCUL UEE, tendo iniciado as suas actividades aos 12 de Julho do mesmo ano. Como consequência da extinção da ETP, criaram-se as empresas Unicargas, Transporte e TCUL. Constituída aos 27 de Fevereiro de 1988, através do

Despacho n.º 6/88 de 27 de Fevereiro, publicado no Diário da República n.º 9, I Série, como U.E.E. Os seus estatutos foram aprovados por despacho n.º 55/89 de 30 de Agosto, do Ministro dos Transportes e Comunicações.

No âmbito da Lei n.º 9/95 de 15 Setembro, Lei das empresas públicas, transitou para EP, com base na Lei nº 11/13 de 03 de Setembro, Lei de Bases do Sector Empresarial Público. A actividade da TCUL EP, rege-se com base na seguinte legislação:

- Lei nº20/03, de 19 de Agosto, Lei de Bases dos Transportes Terrestres;
- Decreto Presidencial nº 152/10, de 21 de Julho, Bases Gerais das Concessões dos Transportes Rodoviários Urbanos Regulares de Passageiros;
- Decreto Presidencial nº154/10, de 26 de Julho, Regulamento de Transportes Rodoviários Regulares de Passageiros.

3.2. MISSÃO, VISÃO E VALORES

Missão

prestar serviço de transporte rodoviário colectivo de passageiros, nos vários segmentos de negócio, isto é, urbano, intermunicipal, interprovincial e aluguer, com eficiência e eficácia desejada, usando os recursos apropriados para o efeito.

Visão

ser a maior transportadora rodoviária de passageiros, para os próximos cinco anos, garantindo segurança, qualidade, eficiência e conforto necessário aos seus clientes.

Valores

Estão salvaguardados no código de ética e conduta dos colaboradores, na qual salienta-se o seguinte: Eficiência; Eficácia; Qualidade; Integridade; Segurança; Ética; Deontologia profissional e Foco no cliente.

Localização geográfica e características

A empresa de Transporte Colectivo Urbano de Luanda, situa-se a 8°49' S de latitude e 13°13' E de longitude, na cidade de Luanda. Funciona 24 horas por dia, dispendo de quatro bases operacionais na província de Luanda e Expedições nas províncias do Huambo, Malanje, Uíge e Benguela.

3.3. UNIVERSO DE EMPRESA TCUL

De acordo com a Lei nº 11/13, de 03 de Setembro, Lei de Bases do Sector Empresarial Público, coadjuvado com a Lei nº 1/04, de 13 de Fevereiro, Lei das Sociedades Comerciais, que orientam a prestação de contas através do relatório de gestão e respectivo Balanço, Demonstração de Resultados, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Parecer do Órgão Fiscal e Relatório Parecer do Auditor Externo, tratando-se de um imperativo legal exercido pelo Estado Angolano.

Importa referir que o exercício da actividade de transportes urbano de passageiros é regulado pela Lei nº 20/03, de 19 de Agosto, Lei de Bases dos Transportes Terrestres, coadjuvado com o Decreto Presidencial nº 355/19, de 9 de Dezembro, Regulamento dos Transportes Rodoviários Regulares de Passageiros, bem como o Decreto Executivo nº 77/16, de 25 de Fevereiro, que regula os Bens e serviços em Regime de Preços Fixos e vigiados, na qual o preço do bilhete do transporte rodoviário colectivo urbano de passageiros, está abrangido neste regulamento.

Impõe-nos salientar, que o Sistema de Transporte Rodoviário Regular de passageiros versus transporte colectivo urbano, são de vital importância para o conceito do desenvolvimento e crescimento económico sustentável do País, suas cidades, habitantes, e constitui uma das variáveis fundamentais para a formação do produto interno bruto, geração de empregos, melhoria da qualidade de vida urbana das populações (reduzindo congestionamento) e da protecção do meio ambiente.

4.

Estrutura Organizacional



4. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Actualmente, a empresa rege-se pela Lei nº 11/13 de 03 de setembro, lei de Bases do Sector Empresarial Público, que estabelece o regime jurídico das empresas públicas, empresas com domínio público e participações públicas minoritárias, na sua secção III, dos órgãos, artigo 45º., sendo certo, que os órgãos da TCUL-EP, nomeados pelo Despacho Conjunto n.º 124/21, de 02 de Setembro do Ministério das Finanças e dos Transporte que nomeia o Conselho de Administração da TCUL-EP,

O CA é composto por 5 administradores, sendo 3 executivos e 2 não executivos. Composição do Conselho de Administração é a seguinte:



CATARINO EDUARDO CÉSAR
PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

- Direcção de Recursos Humanos
- Secretariado do Conselho de Administração
- Gabinete de Inspeção e Auditoria Interna
- Gabinete de Apoio Jurídico e Contencioso
- Central de Monitorização e Apoio a Gestão
- Central de Relações Públicas e Comunicação e Marketing



ELISEU DOMINGOS MACHADO
ADMINISTRADOR EXECUTIVO

- Direcção das Operações e Comercial
- Direcção de Gestão Oficial e Aprovisionamento



FILOMENA DA SILVA CAHUNGO
ADMINISTRADORA EXECUTIVA

- Direcção Financeira e Contabilidade
- Direcção do Centro de Formação Profissional
- Gabinete de Estudo, Planeamento e Tecnologia de Informação



LUIÍS CÂNDIDO GASPAS COHEN
ADM NÃO EXECUTIVO

- Acompanhar/Apoio:
- Gestão da frota, manutenção e reparações
 - Gestão das bases e obras de melhoria nas instalações
 - Estratégia de risco do negócio controlo de qualidade dos equipamentos e meios
 - Desenvolvimento de novos projectos e estratégias



NELSON PEREIRA JORGE
ADM NÃO EXECUTIVO

- Acompanhar/Apoio:
- Segurança electrónica e monitorização
 - Abastecimento de combustível, gestão dos postos internos de abastecimento
 - Imagem e limpeza/higiene dos meios e instalações
 - Sistema de gestão de qualidade

O Conselho Fiscal é composto pelos seguintes membros:

Tabela 2 - Composição do Conselho Fiscal		
2021 - 2022	PRESIDENTE	NKASA NATACHA KIAMBI MBALA
2021 - 2022	VOGAL	PEDRO FILOMENO NASCIMENTO
2021 - 2022	VOGAL	ANTÓNIO CHICULIA MALATO

Organograma

A TCUL, apresenta a seguinte estrutura organizacional.



5.

Actividades



5. ACTIVIDADE

O Plano de actividades projectado para o ano de 2021 contempla uma série de acções, cuja realização resultou para alguns casos, no cumprimento, incumprimento total, parcial e na transferência para outros períodos, de algumas acções por conta da pandemia do covid-19 que teve o seu pico neste mesmo ano, impactando negativamente no sector dos transportes de passageiros, com a redução na lotação por autocarro imposto pelo Governo na ordem de 50% e 75% respectivamente, resultando em prejuízos significativos acima de Mil Milhões de Kwanzas em comparação ao período homólogo, representado abaixo nos seguintes pontos:

- Elaboração do estatuto orgânico da TCUL na óptica de Sociedade Anónima (SA), visando a materialização do programa de privatização (PROPRIV);
- Amortização da dívida, a luz do acordo com INSS na ordem de 22,92%, com base no acordo rubricado, visando a formalização do processo de reforma dos colaboradores que aguardam em casa, e que ainda auferem salários na empresa;
- Reuniões periódicas com o IGAPE, a luz da transferência dos activos da extinta ABAMAT para esfera jurídica da TCUL-EP;
- Obras de melhoria de acesso na Base Viana, com vista a garantir a operacionalidade da referida base;
- Continuidade do processo de desmantelamento da frota antiga, de forma a sanear o immobilizado corpóreo e limpeza das bases;
- Deu-se início do processo de elaboração de Normas e Procedimentos das áreas visando a implementação do Sistema de Gestão da Qualidade baseado na Norma ISO 9001-2015;
- Conclusão no processo de implementação de todos os módulos do sistema ERP Primavera, visando a melhoria do sistema de controlo interno a nível da empresa, bem como o programa de capacitação e formação dos colaboradores;
- Realização de processos de circularização de saldos aos clientes e fornecedores ao longo de 2021.
- Início do processo de elaboração e implementação do fundo social dos dos trabalhadores;
- Revisão da Implementação do Qualificador Ocupacional.

5.1. EXPLORAÇÃO OPERACIONAL

Em 2021, a TCUL projectou para 54 000 000 passageiros á transportar, superado pelos 58 934 231, e representando um aumento de 8,37%, com 123 autocarros utilizados, dos 245 operacionalmente previsto, resultando numa diminuição em torno de 49,80%.

Tabela 3 - Comparativo da previsão e real da exploração

Descrição	Previsão 2021	Real 2021	Desvio	Var. (%)
Autocarros	245	123	-122	-49,80
Passageiros	54 000 000	58 934 231	4 934 231	8,37

Gráfico 1 - Comparativo de Viaturas

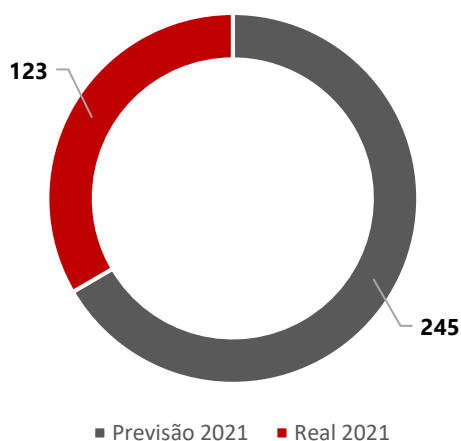
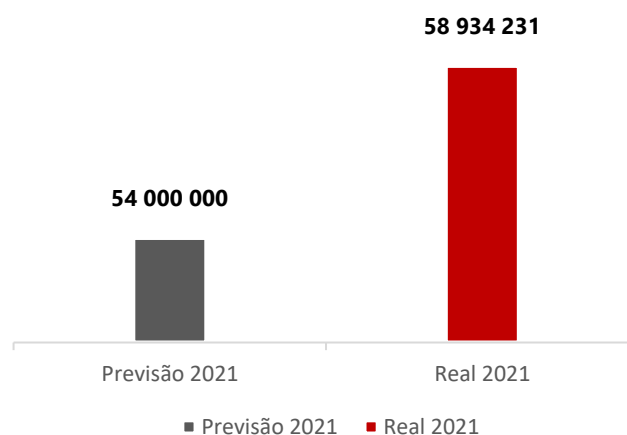


Gráfico 2 - Comparativo de passageiros



Na sequência da abordagem sobre os indicadores operacionais e ilustração por meio da tabela e do gráfico acima, verificou-se existir em média 197 autocarros disponíveis, consubstanciando-se no aumento para 28,42% comparativamente ao ano de 2020, que apresentava uma disponibilidade de 141 autocarros, dos quais 123 representam a média anual da frota operacional, resultando no aumento do índice de aproveitamento da frota, na ordem de 14,63% se comparado aos 105 autocarros registados no período homólogo.

A nível das viagens, realizaram-se 509 560, o que corresponde a um aumento de 34,38% em comparação 334 324 viagens realizadas no período homólogo, impactando em quilómetros percorridos num total de 17 860 875,14, que representam um aumento na ordem de 43,80%, comparativamente aos 10 037 529 de quilómetros percorridos no período homólogo.

Tanto o serviço urbano e outros (nomeadamente; intermunicipal, interprovincial e aluguer) mantiveram o número de carreiras face a dezembro de 2020.

Tabela 4 - Rede de serviço público em 31 de dezembro de 2021

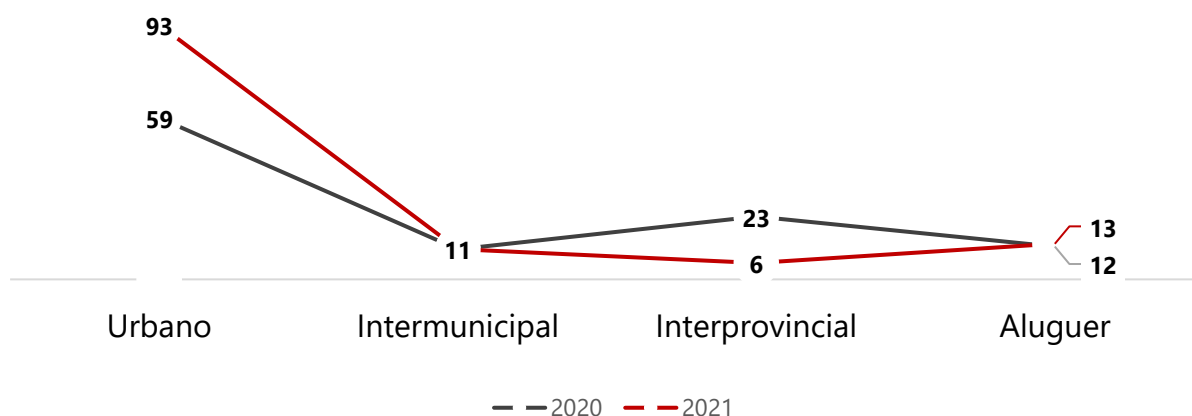
Descrição	Urbano	Outros
Nº de carreiras	17	11
Extensão da rede (Km)	365	2 011
Comprimento total das carreiras (ida e volta - Km)	729	4 022
Comprimento médio das carreiras (ida e volta - Km)	42,91	365,64

Foram transportados 58 934 231 passageiros, que representa um aumento de 63,16% se comparado aos 21 710 060 passageiros transportados em 2020, conforme o mapa abaixo.

Tabela 5 - Comparativo dos indicadores dos serviços

Serviços	Autocarros				Passageiros			
	Ano 2020	Ano 2021	+/-	%	Ano 2020	Ano 2021	+/-	Var. (%)
Urbano	59	93	38	36,6	20 123 709	56 825 967	36 702 258	182
Intermunicipal	11	11	3	0,0	1 226 750	1 824 747	567 997	46
Interprovincial	23	6	-17	-283,3	121 989	69 672	-52 317	-42
Aluguer	12	13	-1	7,7	237 612	213 845	-23 767	-10
Total	105	123	23	14,6	21 710 060	58 934 231	37 194 171	171

Gráfico 3 - Comparativo de autocarros por serviços



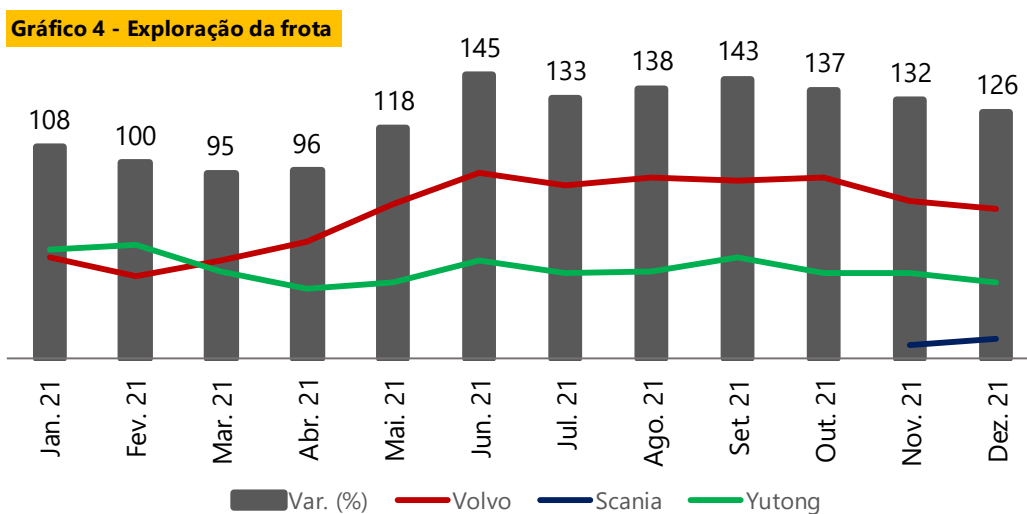
5.2. FROTA DE AUTOCARROS

De realçar que o diferencial entre a frota do período em referência e do ano homólogo, deve-se ao processo de desmantelamento que teve o seu início no 3º trimestre de 2020.

Tabela 6 - Autocarros existentes		
Autocarros	Ano	
	31.12.2020	31.12.2021
Standard	360	325
Higer	35	0
Yutong Convencional	145	145
Yutong VIP	25	25
Scânia	2	2
Volvo B8R	153	153
Articulados	0	16
Scânia	0	16
Minis	103	75
Hyundai canter	28	0
Nissan	5	5
Yutong	70	70
Total	463	416

Os 416 autocarros existente em 2021, representam uma diminuição de 1,20% se comparado com 421 autocarros existentes em 2020, fruto do processo de abate que teve seu início no 3º trimestre de 2020. E com modernização dos transportes colectivos urbano em Angola, na qual foram entregue a TCUL em 2021, 16 autocarros articulados pelo estado.

Em 2021, a exploração da frota foi na ordem de 64%, com uma taxa de 63% para Volvo, 28% para Yutong e 100% para Scania articulado. Salienta-se, este ultimo começou a ser operado em novembro data da sua entrega pelo estado Angolano.



5.3. RECURSOS HUMANOS

O capital humano constitui a maior vantagem competitiva das organizações.

A TCUL tem pautado a gestão do capital humano sob princípios e valores centrada no factor humano e numa liderança socialmente responsável, envolvendo todos os níveis hierárquicos na criação de um ambiente de respeito, equidade de género, inclusivo e de meritocracia, no sentido de garantir continuidade, estabilidade e eficiência operacional.

Em 2021, a TCUL contou com 2 022 colaboradores, o que representou um aumento de 302 colaboradores comparativamente ao ano de 2020. Este aumento deveu-se pela admissão de novos colaboradores (tripulantes) para cobrir a necessidade da área operacional.

Tabela 7 - Distribuição do pessoal por área

Descrição	2019	2020	2021	Variação 2020/2021	
				Abs.	%
Colaboradores TCUL	1744	1 720	2 022	302	15%
Conselho de Administração	20	24	28	4	17%
Conselho Fiscal	3	3	3		
Direcção de Recursos Humanos	55	57	45	-12	-21%
Direcção Financeira e Contabilidade	110	104	109	5	5%
Direcção de Operações e Comercial	1 116	1 102	1 368	266	24%
Direcção de Gestão Oficial e Aprovisionamento	322	318	312	-6	-2%
Direcção de Centro de Formação Profissional	27	29	45	16	55%
Gabinete de Estudo, Planeamento e Tecnologia de Informação	15	17	20	3	18%
Gabinete de Inspeção e Auditoria Interna	45	41	55	14	34%
Gabinete de Apoio Jurídico e Contencioso	5		8	8	
Central de Monitorização e Apoio a Gestão		2	8	6	300%
Central de Relações Pública e Comunicação e Marketing	26	23	21	-2	-9%

Dos 2 022 colaboradores, 1 816 encontram-se activo, que representam 89,8%, 135 aguardam a reforma no INSS, correspondendo a 6,7%, 64 inactivos por doenças com a representação de 3,2% e 7 inactivos por suspensão temporária dos contratos de trabalho, correspondente a 0,3%.

DISTRIBUIÇÃO DOS COLABORADORES POR GÉNERO

Tendo em conta a representatividade do género, baseado em oportunidades iguais para homens e mulheres, em 2021 o quadro do pessoal efectivo da TCUL caracterizou-se da seguinte maneira:

Gráfico 5 – Distribuição por género

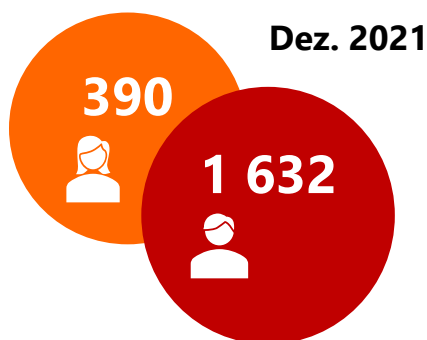


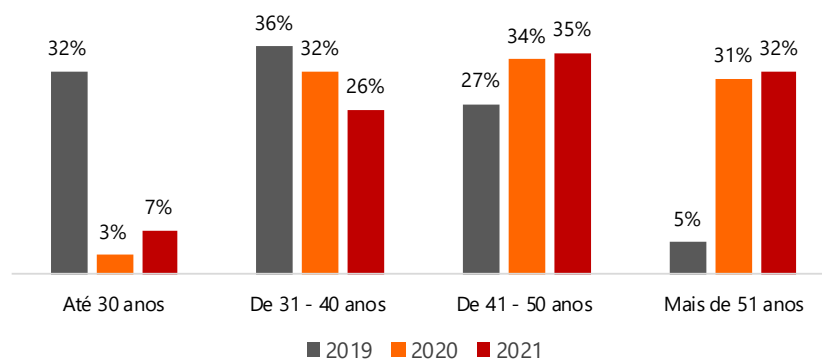
Tabela 8 - Distribuição funcioanal

Descrição	Femenino	Masculino
Conselho Administração	1	4
Conselho Fiscal	1	2
Direcção e Chefia	9	28
Assessoria		7
Chefia Intermédias	4	36
Técnica	24	266
Operacionais	217	1 132
Finanças e Contabilidade	51	45
Outros	83	112
Total	390	1 632

ESTRUTURA ETÁRIA

Em relação à distribuição etária em 2021, os colaboradores com a idade superior a 51 anos representaram 32% do total, sendo que o número de colaboradores desta faixa etária se destacou por apresentar a maior tendência de crescimento. Em termos médios, a idade por escalão dos colaboradores foi de 44 anos, sendo que a idade média dos colaboradores que exerciam cargos de gestão foi de 43 anos.

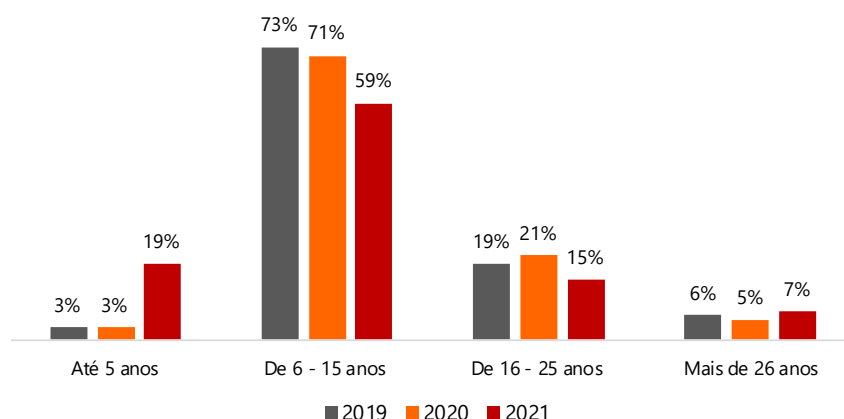
Gráfico 6 - Colaboradores por faixa etária



ANTIGUIDADE

Analisando a estabilidade do vínculo laboral mantém-se a tendência dos anos anteriores, isto é, no geral, mais de 91% dos colaboradores tem mais de 5 anos de efectividade, o que demonstra a eficácia das políticas de retenção do capital humano.

Gráfico 7 - Colaboradores por antiguidade

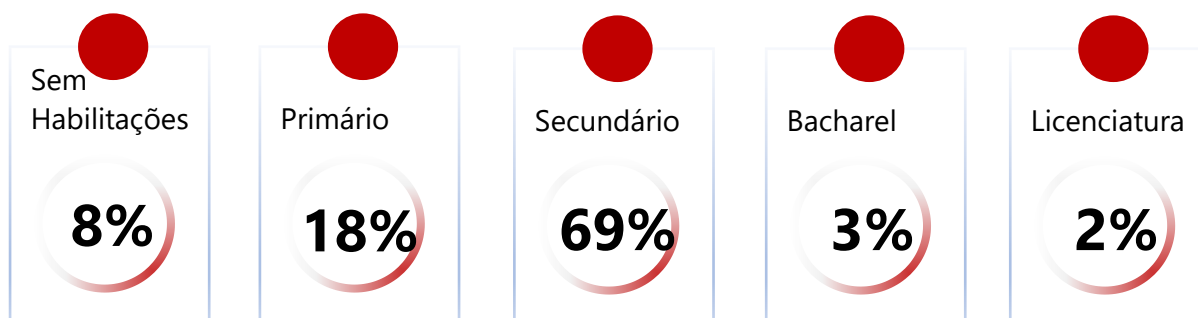


HABILITAÇÕES LITERARIAS

A educação assume um papel importante na aquisição de competências e constitui um factor decisivo um crescimento sustentável económico e social do individuo, da sociedade e das organizações.

Assim sendo, com as crescentes transformações económicas, políticas, sociais e culturais do mundo contemporâneo é determinante que os colaboradores possuam um elevado nível de escolaridade.

Face a isso, em relação às habilitações literárias na TCUL verificou-se que em 2021, a maior parcela dos colaboradores tinha formação secundária concluída



5.4. INDICADORES ECONÓMICO E FINANCEIRO

Quanto aos indicadores financeiros para o ano de 2021, somos a realçar que as previsões para os proveitos totais foi em torno de Akz 7 110 657 677,00 ao passo que o realizado esteve muito acima das expectativas, estando na ordem dos Akz 12 404 548 351,32 representando um ganho de 74,45%. No que tange os custos totais, o valor planeado foi de Akz 6 370 457 190,28 e o realizado foi de Akz 11 287 585 769,40, representando um desvio desfavorável de 77,19% na sua estrutura.

O principal factor que esteve na origem do desvio excessivo, foi a projecção moderada que se fez dada a situação pandémica que se vivia.

Tabela 9 - Comparativo da previsão e real dos proveitos e custos totais

Descrição	Previsão 2021	Real 2021	Desvio %	Var. %
Proveitos	7 110 657 677,00	12 404 548 351,32	5 293 890 674,32	74,45
Total de Custos	6 370 457 190,28	11 287 585 769,40	4 917 128 579,12	77,19

Os indicadores abaixo, resultam da análise e evolução patrimonial reflectidos no balanço da empresa, durante o ano de 2020 a 2021.

Tabela 10 - Comparativo da evolução do activo, passivo e capital próprio

Descrição	2021	2020	Var. %
Activo	32 844 813 002,92	34 525 645 263,00	-4,87
Passivo	36 628 396 996,56	39 298 009 513,00	6,79
Capital Próprio	-3 783 583 993,64	-4 772 364 250,00	26,13

Os indicadores financeiros estabelecidos e, ou oriundos da demonstração de resultado do exercício nos períodos correspondentes aos anos de 2021 e 2020, fazem menção ao diferencial em termos percentuais, representando uma evolução positiva ou negativa das diferentes rubricas abaixo ilustradas com base nas unidades de produção e centros de custos, com impacto nos resultados operacionais.

Tabela 11 - Comparativo do fundo de maneo e outros

Descrição	2021	2020	Var. %
Fundo de Maneio	-34 465 099 985,51	-37 850 689 828,00	-9,82
Volume de Negócio	12 404 548 351,32	4 802 760 585,00	61,28
EBITDA	7 314 874 051,95	175 079 572,84	97,61
EBIT / ML	1 116 962 581,92	1 293 395 849,30	-15,80
Resultado Líquido	1 059 300 796,01	-568 661 742,63	153,68

Os indicadores de estrutura (Autonomia Financeira, Solvabilidade, liquidez imediata e prazo médio de pagamento e recebimento), assim como outros rácios permitem analisar a gestão da empresa no período em referência.

Tabela 12 - Comparativo dos indicadores de estrutura			
Descrição	2021	2020	Var. %
Autonomia Financeira	-11,52	-13,82	-19,99
Solvabilidade	-10,33	-12,14	-17,56
Liquidez Imediata	0,01	0,00	90,88
PMP (dias)	840,32	1 065,06	-26,74
PMR (dias)	33,65	5,36	84,08

6.

Demonstrações Financeiras 2021



Declaração de Conformidade

O Conselho de Administração afirma ser do seu conhecimento que o Balanço, Demonstrações de Resultados e as demais Demonstrações Financeiras reportadas ao exercício findo a 31/12/2021, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do Activo, do Passivo, dos Proveitos, dos Custos, da Situação Financeira e dos Resultados da Empresa, e que o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios.

Anexos

Balanço, Demonstração de Resultados, Fluxos de Caixa, Balancete Final, Mapa de Amortizações e Reintegrações, Inventário Final, Parecer do Conselho Fiscal e Parecer de Auditoria Externa.

Balanço

Balanço em 31 de Dezembro de 2021


Valores expressos em AKZ

Designação	Notas	Exercício	
		2021	2020
ACTIVO			
Activo não corrente:			
Imobilizações corpóreas	4	31 097 097 180,10	33 877 738 911,00
Imobilizações incorpóreas	5	15 091 841,59	29 436 065,00
Investimentos em subsidiárias e associadas	6	27 850 352,00	27 850 352,00
Outros activos financeiros	7	0,00	0,00
Outros activos não correntes	9	0,00	0,00
		<u>31 140 039 373,69</u>	<u>33 935 025 328,00</u>
Activo corrente:			
Existências	8	137 925 624,19	120 423 426,00
Contas a receber	9	1 067 755 027,22	422 588 430,00
Disponibilidades	10	491 206 079,12	47 608 079,00
Outros activos correntes	11	7 886 898,70	0,00
		<u>1 704 773 629,23</u>	<u>590 619 935,00</u>
<i>Total do activo</i>		32 844 813 002,92	34 525 645 263,00
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio:			
Capital	12	1 589 815,49	1 589 815,00
Reservas	13	317 883,34	317 883,00
Resultados transitados	14	(4 844 792 487,48)	(4 205 610 207,00)
Resultados do exercício		1 059 300 796,01	(568 661 741,00)
		<u>(3 783 583 992,64)</u>	<u>(4 772 364 250,00)</u>
Passivo não corrente:			
Empréstimos de médio e longo prazos	15	0,00	0,00
Impostos diferidos	16	0,00	0,00
Provisões para pensões	17	0,00	0,00
Provisões para outros riscos e encargos	18	458 523 380,82	457 834 341,00
Outros passivos não correntes	19	0,00	398 865 409,00
		<u>458 523 380,82</u>	<u>856 699 750,00</u>
Passivo corrente:			
Contas a pagar	19	4 168 032 291,04	3 988 328 129,00
Empréstimos de curto prazo	20	693 409 349,01	596 352 838,00
Parte cor. dos emp. a médio e longos prazos	15	0,00	0,00
Outros passivos correntes	21	31 308 431 974,69	33 856 628 796,00
		<u>36 169 873 614,74</u>	<u>38 441 309 763,00</u>
<i>Total do capital próprio e passivo</i>		32 844 813 002,92	34 525 645 263,00

Administradora Executiva


Filomena da Silva Cahungo

Presidente do Conselho de Administração


Catarino Eduardo César



Contabilista

A Contabilista, na OCPCA: 20152930

Lubamba Rita N. dos Santos
Lubamba Rita Narciso dos Santos

Demonstração de Resultados

Demonstração de Resultados em 31 de Dezembro de 2021

Valores expressos em AKZ

Designação	Notas	Exercício	
		2021	2020
Vendas	22	2 335 382 300,39	1 090 489 360,00
Prestações de serviços	23	3 827 111 223,57	2 006 283 014,00
Outros proveitos operacionais	24	6 242 054 827,36	1 705 988 210,00
		12 404 548 351,32	4 802 760 585,00
Varição nos produtos acabados e produtos em vias de fabrico	25	0,00	0,00
Trabalhos para a própria empresa	26	0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias-primas e subsidiárias consumidas	27	0,00	0,00
Custos com o pessoal	28	(3 419 801 966,77)	(2 199 116 955,00)
Amortizações	29	(6 197 911 470,03)	(1 640 498 141,00)
Outros custos e perdas operacionais	30	(1 669 872 332,60)	(1 507 103 478,00)
Resultado operacional		1 116 962 581,92	(543 957 989,00)
Resultados financeiros	31	(118 322 349,12)	(105 027 764,00)
Resultados de filiais e associadas	32	0,00	0,00
Resultados não operacionais	33	60 594 811,44	80 324 012,00
Resultado antes de impostos		1 059 235 044,24	(568 661 741,00)
Imposto sobre o rendimento	35	0,00	0,00
Resultado líquido das actividades correntes		1 059 235 044,24	(568 661 741,00)
Resultados extraordinários	34	65 751,77	0,00
Imposto sobre o rendimento	35	0,00	0,00
Resultado líquido do exercício		1 059 300 796,01	(568 661 741,00)

Administradora Executiva

Filomena da Silva Cahungo
Filomena da Silva Cahungo

Presidente do Conselho de Administração

Catarino Eduardo César
Catarino Eduardo César

Contabilista

A Contabilista, na OCPCA: 20152930

Lubamba Rita N. dos Santos
Lubamba Rita Narciso dos Santos

Demonstração de Fluxos de Caixa método Indirecto em 31 de Dezembro de 2021

Valores expressos em AKZ

Rubricas	2021	2020
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado Líquido Antes de Impostos e rúbrica extraordinária	1 059 300 796,01	(568 661 741,00)
Ajustamentos:		
Amortizações	6 197 911 470,03	1 640 498 141,00
Provisões para contas a receber e inventários	(65 359 161,32)	(49 443 484,00)
Provisões para outros riscos e encargos	689 040,00	15 600 000,00
Subsídios	(3 795 180 951,23)	(1 541 737 063,00)
Resultados Financeiros	118 322 349,12	105 027 764,00
Resultados Extraordinários		
Resultados Operacionais antes das alterações em capital circulante	3 515 683 542,61	(398 716 384,00)
Aumento das Existências	(17 502 198,19)	
Diminuição das Existências	0,00	52 193 714,00
Aumento de Dívidas de terceiros operacionais	(443 598 000,12)	
Diminuição de Dívidas de terceiros operacionais	0,00	229 871 899,00
Aumento de Outros à Activos operacionais	(7 886 898,70)	0,00
Diminuição de Outros à Activos operacionais	0,00	(407 871 899,00)
Aumento de Dívidas de resultados transitados(regularizações)	(398 865 409,00)	289 426 344,00
Diminuição a Dívidas de resultados transitados(regularizações)	689 039,82	
Aumento de Outros Passivos operacionais	276 760 673,05	
Diminuição de Outros Passivos operacionais	(2 548 196 821,31)	
Subtotal	(3 138 599 614,45)	163 620 058,00
Caixa Gerada pelas Operações	377 083 928,16	(234 228 786,00)
FLUXOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	377 083 928,16	(632 945 170,00)
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Subsídio ao investimento	3 610 008 435,00	32 276 790 298,00
Juros obtidos	0,00	0,00
Sub total	3 610 008 435,00	32 276 790 298,00
Pagamentos respeitantes a:		
Imobilizações Corpóreas	(3 649 634 839,04)	(32 327 633 839,00)
Investimentos Financeiros	0,00	
Sub total	(3 649 634 839,04)	(32 327 633 839,00)
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO	(39 626 404,04)	(50 843 541,00)
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Realização de capital	0,00	
Financiamentos obtidos (empréstimos obtidos)	106 140 476,00	212 738 543,00
Sub total	106 140 476,00	212 738 543,00
Pagamentos respeitantes de:		
Juros e gastos similares	0,00	0,00
Sub total	0,00	0,00
FLUXOS DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO	106 140 476,00	212 738 543,00
Varição de caixa e seus equivalentes (1)+(2)+(3)	443 598 000,12	(359 310 062,00)
Caixa e seus equivalentes no início do período (A)	47 608 079,00	406 918 141,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período (B)	491 206 079,12	47 608 079,00
Varição de caixa e seus equivalentes (B) - (A)	443 598 000,12	(359 310 062,00)

Administradora Executiva

Filomena da Silva Cahungo
Filomena da Silva Cahungo



Presidente do Conselho de Administração

Catarino Eduardo César
Catarino Eduardo César

Contabilista

A Contabilista, na OCPCA: 20152930

Lubamba Rita Narciso dos Santos
Lubamba Rita Narciso dos Santos

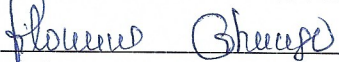
De acordo com o código do Imposto Industrial foram acrescentadas à matéria colectável as multas e outras penalidades por não serem aceites como custo fiscal, conforme expresso na d) do artigo nº 18 do CII, e as provisões das existências.

Foram igualmente deduzidas as rendas de imóveis, cuja tributação é efectuada no âmbito do código do imposto predial urbano.

47. Caixa e equivalente de caixa

Rubricas	2021	2020
Caixa		
Numerário	32 294 454,85	23 937 672,00
Saldos em bancos, imediatamente, mobilizáveis	458 911 624,27	23 670 407,00
Equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa (excluindo diferenças de câmbio)	491 206 079,12	47 608 079,00
Diferenças de Câmbio de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa (actualizados cambialmente)		
Total	491 206 079,12	47 608 079,00

Administradora Executiva


Filomena da Silva Cahungo

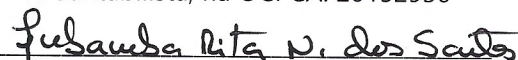
Presidente do Conselho de Administração


Catarino Eduardo César



Contabilista

A Contabilista, na OCPA: 20152930


Lubamba Rita Narciso dos Santos

INTRODUÇÃO

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Geral de Contabilidade. As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis à Empresa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiros anexas.

1- Actividade

A empresa TCUL-E.P., com o número de identificação fiscal 5410003268, com o capital social de Kz 1 589 815 com sede em Luanda, a empresa dedica-se ao transporte Urbano, Inter Municipal e Inter Provincial de passageiros, disponibilizando aos utentes meios de deslocação adequados às necessidades crescentes impostas pelo desenvolvimento da economia de Angola prosseguindo com as directrizes do Governo para a estabilização da política de transportes públicos

2- Políticas contabilísticas adoptadas na preparação das Demonstrações financeiras:

2.1. Bases de apresentação das demonstrações financeiras e derrogações

As demonstrações financeiras aqui apresentadas, encontram-se preparadas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade Angolano (PGC) em vigor, aprovado pelo Decreto-Lei nº 82/01, de 16 de Novembro, e respeitam as características de relevância e fiabilidade; foram preparadas na base da continuidade e do acréscimo, e de igual modo preparadas em obediência aos princípios contabilísticos da consistência, materialidade, não compensação de saldos e comparabilidade.

Não foram derogadas quaisquer disposições constantes do plano geral e contabilidade em vigor.

Os utentes destas demonstrações financeiras deverão prestar atenção à comparabilidade de balanços e anexos apresentados em 2021 e 2020 a qual foi afectado pelo facto da empresa ter obtido frota de novos autocarros que entraram em circulação em Novembro de 2021 e foram registados como subsídio ao investimento proporcionando o aumento do activo não corrente e dos Outros passivos correntes no montante de AKZ 3 610 008 435,00 (Três mil milhões, seiscentos e dez milhões, oito mil, quatrocentos e trinta e cinco kwanzas).

2.2. Bases de valorimetria adoptadas na preparação das Demonstrações financeiras

Os conjuntos das demonstrações financeiras estão expressas em milhares de Kwanzas Angolano (AKz), sendo que os registos contabilísticos das suas operações têm por base a

valorimetria do custo histórico globalmente, sendo que cada rubrica indicará especificamente a valorimetria usada.

As taxas de câmbio utilizada para a valorimetria de activos e passivos cujo valor esteja dependente das flutuações da moeda estrangeira foi a taxa de câmbio de referência à data do relato do Banco Nacional de Angola (BNA) sendo para os activos a taxa de compra e para os passivos a taxa de venda ambas as taxas sob o ponto de vista do banco.

2.2.1. Critérios de reconhecimento e bases de valorimetria específicas

Os principais critérios contabilísticos usados na preparação das demonstrações financeiras foram as seguintes:

a) Imobilizações corpóreas

Esta rubrica integra os imobilizados corpóreos, imóveis e móveis, que se destinam exclusivamente à utilização para a actividade operacional e não à comercialização, com carácter de permanência superior a um ano.

Base de medição usada para determinar a quantia bruta registada. O imobilizado corpóreo encontra-se ao apresentado ao custo, líquido das respectivas amortizações.

A base de medição usada para determinar a quantia bruta registada é o custo de aquisição que inclui todos os dispêndios directamente atribuíveis à aquisição para que o bem seja colocado no local e forma pretendida para laborar.

Critérios de reconhecimento

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição, o qual inclui todos os custos necessários para colocar o bem em funcionamento, nomeadamente, as despesas de transporte e desalfandegamento, entre outras.

Os imobilizados corpóreos são reconhecidas de acordo com os critérios de reconhecimento consignados no PGC e são capitalizados em função do benefício esperado independentemente do seu valor.

As amortizações do imobilizado são calculadas através do método das quotas constantes, por duodécimos, considerando as taxas máximas fiscalmente aceites como custo de acordo com o disposto no Código do Imposto Industrial, vigente a data dos factos, Lei nº 19/14 de 22 de outubro.

Classe de Bens	Taxas
Edifícios e Outras Construções	2% - 10%
Equipamento Básico	8,33% - 12,5%
Equipamento Administrativo	10% - 16,67%
Equipamento de Carga e Transporte	14,28% - 25%
Outros Activos	8,33% - 25%

b) Imobilizações incorpóreas

A Base de medição usada para determinar a quantia bruta registada é o custo de aquisição que inclui todos os dispêndios directamente atribuíveis à aquisição para que o bem seja colocado no local e forma pretendida para laborar.

Classe de Bens	Taxas
Disp. Constituição, investig. desenvolvimento, patentes e alvarás	20%
Software	33,33%

Critérios de reconhecimento

Os imobilizados incorpóreos são reconhecimento de acordo com os critérios de reconhecimento consignados no PGC e são capitalizados em função do benefício esperado independentemente do seu valor.

Métodos de amortização usados

Vidas úteis, por categoria e taxas de depreciação usadas - as amortizações do imobilizado são calculadas através do método das quotas constantes considerando as taxas máximas fiscalmente aceites como custo de acordo com o disposto no Código do Imposto Industrial, vigente a data dos factos.

c) Existências

As políticas contabilísticas adoptadas na medição dos inventários (existências) são as consignadas no PGC sendo as existências adquiridas valorizadas ao custo ou ao valor realizável líquido dos dois o mais baixo, sendo que o custo a considerar é o custo de aquisição que engloba o preço líquido de compra, direitos de importação e impostos não dedutíveis, custos de transporte, manuseamento e outros custos directamente atribuíveis à compra do bem.

A valorização do custo das existências vendidas é efectuada através da utilização do método do custo médio ponderado das existências, sendo que é utilizado o sistema de inventário permanente.

d) Contas a receber

As contas a receber são relevadas ao seu valor líquido de realização, o qual é determinado tendo em consideração os ajustamentos necessários para as cobranças duvidosa, constituídas com base na avaliação das perdas estimadas à data do balanço.

e) Disponibilidades

As disponibilidades compreendem os saldos nas contas de caixa e de banco facilmente convertíveis em dinheiro. As disponibilidades em moeda estrangeira, quando haja, são atualizadas ao câmbio da data de relato.

f) Especialização de exercícios

A Empresa regista os seus proveitos e custos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual os mesmos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. A diferença entre os montantes recebidos ou pagos e os correspondentes proveitos e custos gerados são registados nas rubricas de outros activos e passivos correntes.

Provisões:

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data

g) Contas a pagar

Os saldos de fornecedores, Estado, pessoal são registados pelo valor nominal, mensurados de acordo com o critério do custo.

h) Subsídio à Preço

Os subsídios a preço são reconhecidos numa Base de caixa, contrariando o princípio do acréscimo a que deve obedecer as Demonstrações Financeiras na sua preparação, dado que a Empresa não dispõe de nenhum regulamento ou contrato programa com o Estado, que lhe permite determinar mensalmente o subsídio a preço que lhe cabe pelo serviço prestado.

i) Vendas e prestação de serviços

Os ganhos decorrentes das vendas e prestação de serviços (mercadorias e prestações de serviço), são reconhecidos quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante dos ganhos possam ser razoavelmente quantificados. As vendas e as prestações de serviços são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à concretização do montante recebido ou a receber.

j) Juros:

Os juros recebidos são reconhecidos respeitando a base do acréscimo (especialização do exercício), com referência à data de Balanço. São calculados tendo em consideração o montante em dívida e a taxa de juro durante o período até a sua maturidade.

k) Erros fundamentais

A empresa reconhece os erros fundamentais de acordo com o preceituado no PGC registando o seu efeito retrospectivamente, ou seja, na conta de resultados transitados/reservas de forma a ser imputado ao ano a que o erro respeita.

l) Regime fiscal

A Empresa encontra-se sujeita aos seguintes impostos numa base recorrente:

Segurança social: esta contribuição corresponde a 11% das remunerações dos empregados, sendo que 3% da responsabilidade do empregado e o restante 8% da entidade patronal;

Imposto sobre os rendimentos do trabalho (IRT): este imposto é retido pela Empresa e deduzido nos ordenados dos empregados, sendo calculado com base nas remunerações destes. Ao abrigo da Lei nº18/14, de 22 de Outubro, foram definidos treze escalões crescentes variáveis sendo a taxa máxima de 25%;

Imposto de selo: este imposto é de autoliquidação mensal, e corresponde a 1% sobre os proveitos recebidos decorrentes de vendas e prestações de serviços;

Imposto sobre o consumo: o Decreto Lei 7/19, de 24 de Abril (revisto pelo Decreto Legislativo Presidencial n.º 3-A/14 de 21 de Outubro) estabelece que este imposto é processado mensalmente na facturação e corresponde a taxa máxima 14% sobre o serviço prestado;

Antecipação do Imposto industrial: a Lei n.º 19/14, de 22 de Outubro, estabelece o regime tributário de liquidação e pagamentos provisórios antecipado em sede de imposto industrial, pelos contractos de empreitadas e serviços sucedâneos da construção e

prestação de serviços a taxa de 6,5%, operando por retenção na fonte bem como 2% de liquidação provisória sobre as vendas;

Imposto predial e urbano (IPU): a Lei nº 18/11, de 21 de Abril (que vem substituir ao anterior Código do Imposto Predial) estabelece que o pagamento de imposto predial urbano sobre rendimentos de imóveis após 31 de Maio de 2011, opera por retenção na fonte à taxa de 15%, caso o senhorio não esteja isento. Adicionalmente, os rendimentos com a actividade de arrendamento deixam de ser tributados em sede de imposto industrial, estando agora abrangidos por esta lei, sendo o imposto calculado com base no proveito com rendas contabilizado e utilizando-se uma taxa de 15%;

Imposto industrial: a Empresa encontra-se sujeita a tributação de Imposto Industrial. O imposto é calculado com base no lucro tributável (resultado contabilístico corrigido para efeitos fiscais) utilizando-se a partir do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020 uma taxa nominal de 25%. O imposto apurado refere-se em exclusivo ao nível do imposto corrente;

Imposto sobre a aplicação de capitais (IAC): O Diploma Legislativo n.º 2/14, de 20 de Outubro estabelece a incidência sobre os rendimentos provenientes da simples aplicação de capitais, sendo devida pelos titulares dos respectivos rendimentos sem prejuízo da sua exigência a outras entidades. A determinação da matéria colectável varia mediante o tipo de rendimento em causa, tal como a taxa aplicável.

De acordo com a legislação em vigor na República de Angola, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos. Deste modo as declarações fiscais apresentadas desde 2018 até 2023 são susceptíveis de revisão e correcção. O Conselho de Administração da Empresa entende que as correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

De acordo com dispositivos legais, fazem parte do Grupo A as seguintes empresas:

Empresas públicas e entidades similares,

Empresas com um capital social de 2 milhões de Kz ou mais,

Empresas com um volume de negócios anual de 500 milhões de Kz ou mais,

Associações, fundações E cooperativas cuja actividade gere receita adicional às contribuições e subsídios recebidos de seus associados, cooperados ou patronos; - E sucursais de entidades não residentes que operam em Angola.

A Empresa TCUL-E.P., por ser uma empresa com capital social superior a 2 milhões de Kwanzas encontra-se sujeita à tributação em sede de Imposto Industrial - Grupo A.

O imposto é calculado com base no lucro tributável (resultado contabilístico corrigido para efeitos fiscais) utilizando uma taxa nominal de 25%.

O imposto apurado refere-se em exclusivo ao imposto corrente não sendo calculados nem registados quaisquer impostos diferidos, quer activos, quer passivos.

A entrega do imposto é efectuada por autoliquidação mediante a entrega de uma declaração que se encontra sujeita à revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos.

3- Alterações nas políticas contabilísticas

No presente exercício/período não se verificou qualquer alteração nas políticas contabilísticas adaptadas.

Notas ao Balanço

4. Imobilização corpórea:

4.1. Composição

Rubricas	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	520 636 784,07	(169 308 317,03)	351 328 467,04
Equipamento básico	72 155 480,41	(48 870 960,42)	23 284 519,99
Equipamento de transporte	46 363 356 478,14	(15 785 108 071,50)	30 578 248 406,64
Equipamento administrativo	163 792 590,38	(97 035 652,02)	66 756 938,36
Outras imobilizações corpóreas	139 429 528,60	(131 065 995,10)	8 363 533,50
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00
Imobilizado em Curso	69 115 314,57	0,00	69 115 314,57
Adiant. Por conta de imobili. corp.	0,00	0,00	0,00
Total	47 328 486 176,17	(16 231 388 996,07)	31 097 097 180,10

O imobilizado em curso no montante de AKZ 69 115 314,57 diz respeito a Vedação de Muros de instalações da Abamat, que findou em Dezembro, e posteriormente será transferido para imobilizações corpóreas no exercício de 2022.

Regularizou-se o montante de AKZ 314 908 876 registado em imobilizados em curso em contrapartida ao Subsídio de Investimento na rubrica 37633-Sistema de bilhética por não se efectivar o projecto.

4.2. Composição por critérios do quadro seguinte

Rubricas	Valor líquido		
	Custo histórico	Valor de reavaliação	Total
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	520 636 784,07	0,00	520 636 784,07
Equipamento básico	72 155 480,41	0,00	72 155 480,41
Equipamento de transporte	46 363 356 478,14	0,00	46 363 356 478,14
Equipamento administrativo	163 792 590,38	0,00	163 792 590,38
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	139 429 528,60	0,00	139 429 528,60
Imobilizado em Curso	69 115 314,57	0,00	69 115 314,57
Adiant. Por conta de imobili. corp.	0,00	0,00	0,00
Total	47 328 486 176,17	0,00	47 328 486 176,17

4.3. Movimentos, ocorridos durante o exercício, no valor bruto

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliações	Aumentos	Alienações	Abates/ transf.	Saldo final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	520 636 784,07	0,00	0,00	0,00	0,00	520 636 784,07
Equipamento básico	52 700 947,89	0,00	19 454 532,52	0,00	0,00	72 155 480,41
Equipamento de transporte	42 752 248 043,14	0,00	3 611 108 435,00	0,00	0,00	46 363 356 478,14
Equipamento administrativo	147 172 295,30	0,00	16 620 295,08	0,00	0,00	163 792 590,38
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações corpóreas	136 977 952,16	0,00	2 451 576,44	0,00	0,00	139 429 528,60
Imobilizado em Curso	314 908 876,00	0,00	(245 793 561,43)	0,00	0,00	69 115 314,57
Adiant. Por conta de imobili. corp.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	43 924 644 898,56	0,00	3 403 841 277,61	0,00	0,00	47 328 486 176,17

Foi entregue à empresa 15 autocarros de marca Scânia avaliados no montante a AKZ 3 610 008 435 (Três mil milhões, seiscentos e dez milhões, oito mil, quatrocentos e trinta e cinco kwanzas), este valor acresce o activo não corrente como também o passivo corrente convertido em proveitos a repartir para períodos futuros (Nota 21).

Regularizou-se o montante de AKZ 314 908 876 (Trezentos e catorze mil, novecentos e oito mil, oitocentos e setenta e seis kwanzas), registado na rubrica imobilizados em curso, em contrapartida da rubrica subsídio ao Investimento sistema de bilhética, por não se efectivar o projecto (Nota 21).

4.4. Movimentos, ocorridos durante o exercício, nas amortizações acumuladas

Rubricas	Saldo inicial	Reavaliações	Reforço	Alienações	Abates /transf.	Saldo final
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	158 817 019,29	0,00	10 491 297,74	0,00	0,00	169 308 317,03
Equipamento básico	46 785 178,21	0,00	2 085 782,21	0,00	0,00	48 870 960,42
Equipamento de transporte	9 630 186 735,07	0,00	6 154 921 336,43	0,00	0,00	15 785 108 071,50
Equipamento administrativo	80 888 266,99	0,00	16 147 385,03	0,00	0,00	97 035 652,02
Taras e vasilhame	0,00	0,00	0,00	0,00	,	0,00
Outras imobilizações corpóreas	130 228 787,79	0,00	837 207,31	0,00	0,00	131 065 995,10
	0,00					
Total	10 046 905 987,35	0,00	6 184 483 008,72	0,00	0,00	16 231 388 996,07

5. Imobilizado incorpóreo

5.1. Composição

Rubricas	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Trespases	0,00	0,00	0,00
Despesas de desenvolvimento (a)	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos e contratos	0,00	0,00	0,00
Despesas de constituição (b)	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações incorpóreas	84 942 700,16	(69 850 858,57)	15 091 841,59
Total	84 942 700,16	(69 850 858,57)	15 091 841,59

5.2. Movimentos, ocorridos durante o exercício, no valor bruto

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Trespases	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00
Propriedade industrial e outros direitos e contratos	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de constituição	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras imobilizações incorpóreas	84 942 700,16	0,00	0,00	84 942 700,16
Total	84 942 700,16	0,00	0,00	84 942 700,16

6. Investimentos em subsidiárias e associadas

6.1. Composição

Rubricas	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Subsidiárias:			
Partes de capital (a)	27 850 352,00	0,00	27 850 352,00
Obrigações e outros títulos de participação	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta	0,00	0,00	0,00
Associadas:			
Partes de capital (a)	0,00	0,00	0,00
Obrigações e outros títulos de participação	0,00	0,00	0,00
Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta	0,00	0,00	0,00
Total	27 850 352,00	0,00	27 850 352,00

Parte de capital social, representam as acções da empresa alocadas no Banco BCI, que estão sob tutela do IGAPE.

8. Existências

8.1. Composição

Rubricas	Valor Bruto	Provisões acumuladas	Valor líquido
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	520 385 665,28	(382 460 041,09)	137 925 624,19
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00
Mercadorias	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, mercadorias e matérias em trânsito	0,00	0,00	0,00
Total	520 385 665,28	(382 460 041,09)	137 925 624,19

O valor maior apresentado na rubrica existências constituídas por peças sobressalentes e matérias de consumo da frota da empresa. O seu consumo é registado em rubricas de Fornecimentos e serviços de terceiros, nomeadamente nas rubricas de Combustível/Lubrificantes e conservação e reparação.

8.2. Movimentos, ocorridos durante o exercício, nas provisões

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(317 100 881,00)	(65 359 160,09)	0,00	(382 460 041,09)
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos acabados e intermédios	0	0,00	0,00	0
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00	0,00	0,00	0,00
Mercadorias	0	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, mercadorias e matérias em trânsito	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	(317 100 881,00)	(65 359 160,09)	0,00	(382 460 041,09)

9. Outros activos não correntes e contas a receber

9.1. Composição

Rubricas	Corrente	Não corrente		Total
		Vencível até 5 anos	Vencível a mais de 5 anos	
Clientes - Correntes	568 181 427,70	0,00	0,00	0,00
Clientes - títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes de cobrança duvidosa	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores - saldos devedores	34 061 822,11	0,00	0,00	0,00
Estado	796 782 795,90	0,00	0,00	0,00
Participantes e participadas	1 589 815,49	0,00	0,00	0,00
Pessoal	18 245 280,52	0,00	0,00	0,00
Devedores - vendas de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros devedores	864 000,39	0,00	0,00	0,00
Provisões para cobranças duvidosas	351 970 114,89	0,00	0,00	0,00
Total	1 067 755 027,22	0,00	0,00	0,00

O saldo da rubrica Estado é referente aos impostos sobre valor acrescentado dedutível, valor acrescentado a recuperar, e subsídios a preços.

9.2. Movimentos, ocorridos durante o exercício, nas provisões

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Clientes - Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes -- títulos a receber	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes de cobrança duvidosa	(351 970 115,00)	0,00	0,00	(351 970 115,00)
Fornecedores -- saldos devedores	0,00	0,00	0,00	0,00
Estado	0,00	0,00	0,00	0,00
Participantes e participadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00
Devedores -- vendas de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros devedores	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	(351 970 115,00)	0,00	0,00	(351 970 115,00)

10. Disponibilidades

10.1. Composição

Rubricas	2021	2020
Títulos negociáveis	0,00	0,00
Depósitos a prazo (curto prazo)	0,00	0,00
Saldos em bancos	458 911 624,27	23 670 407,00
Caixa	32 294 454,85	23 937 671,91
Provisões	0,00	0,00
Total	491 206 079,12	47 608 078,91

11. Outros activos correntes

11.1. Composição

Rubricas	2021	2020
Proveitos a facturar:		
Contratos plurienais em curso (Nota 8.4)	0,00	0,00
Encargos a repartir por exercícos futuros	7 886 898,70	0,00
Total	7 886 898,70	0,00

O saldo da rubrica Encargos a repartir por exercícos futuros é referente a especialização de seguros de automóvel e saúde de órgãos sociais.

12. Capital

12.1. Composição e movimento no período:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Capital	1 589 815,49	0,00	0,00	1 589 815,49
Acções/quotas próprias	0,00	0,00	0,00	0,00
Prémios de emissão	0,00	0,00	0,00	0,00
Prestações suplementares	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1 589 815,49	0,00	0,00	1 589 815,49

13. Reservas

13.1. Composição

Descriminado no seguinte quadro:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Reserva legal (a)	317 883,34	0,00	0,00	317 883,34
Reservas de reavaliação (b)	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas com fins especiais (c)	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas livres	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	317 883,34	0,00	0,00	317 883,34

14. Resultados transitados

14.1. Composição

Descriminado no seguinte quadro:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Transferência dos resultados do exercício anterior		0,00	0,00	0,00
Aplicação de resultados (a)	(4 774 271 948,00)	0,00		(4 774 271 948,00)
Erros fundamentais (b)	0,00	70 520 539,48	0,00	70 520 539,48
Alterações de políticas contabilistas (b)	0,00	0,00	0,00	0,00
Efeito de impostos dos erros fundamentais e das alterações de políticas contabilísticas (b)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros movimentos	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>discriminar</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	(4 774 271 948,00)	70 520 539,48	0,00	(4 844 792 487,48)

Na rubrica Resultados Transitados, regularizou-se a débito em contrapartida das rubricas Fornecedores (Nota 19) e provisão para depreciação de existências referentes ao exercício de 2020 (Nota 9) e (Nota 35).

18. Provisões para outros riscos e encargos

18.1. Movimentos, ocorridos durante o exercício, nestas provisões

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Provisões para processo judiciais em curso	(457 834 340,82)	(689 040,00)	0,00	(458 523 380,82)
Provisões para acidentes de trabalho	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões para garantias dadas a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões para outros riscos e encargos	0,00	0,00	0,00	0,00
<i>Descrever a natureza</i>	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	(457 834 340,82)	(689 040,00)	0,00	(458 523 380,82)

O valor apresentado no aumento da rubrica provisões para outros riscos e encargos é referente as custas judiciais de processos já provisionados nos anos anteriores.

19. Outros passivos não correntes e contas a pagar

19.1. Composição

Rubricas	Corrente	Não corrente		Total
		Vencível até 5 anos	Vencível a mais de 5 anos	
Fornecedores - Correntes	3 071 760 208,24	0,00	0,00	0,00
Fornecedores - títulos a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00
Clientes - saldos credores	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos de clientes	11 055 103,90	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00
Estado (a)	732 138 989,61	0,00	0,00	0,00
Participantes e participadas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal	6 678,76	0,00	0,00	0,00
Credores - compras de imobilizado	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros credores	353 071 310,53	0,00	0,00	0,00
Total	4 168 032 291,04	0,00	0,00	0,00

O saldo da rubrica Estado é referente ao IVA liquidado, imposto de consumo, imposto de rendimento de trabalho, imposto de rendimento de trabalho por conta própria, imposto predial urbano, retenção na fonte Lei 19/14 e Segurança social (Nota 19(a));

A rubrica outros credores, refere-se a dívida com Porto de Luanda e INTR (Instituto Nacional Transporte Rodoviário), dinheiro emprestado à TCUL para pagamentos de salários dos anos anteriores para coberturas de salários em atraso.

Cientes Adiantamentos, destacamos o cliente exército felino com maior valor, isto porque, tinha feito uma transferência monetária de 9 684 840 (Nove milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e quarenta kwanzas), em que não se efectivou o serviço. Portanto, o cliente endereçou à empresa uma carta onde solicita o reembolso do valor transferido. A Empresa devolveu 2 000 000, faltando por reembolsar 7 684 840 (Sete milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, oitocentos e quarenta kwanzas).

19. (a) Esta rubrica tem a seguinte composição

Rubricas	2021	2020
Impostos sobre os lucros	0,00	0,00
Subsídio à preço	0,00	0,00
Retenções na fonte (Clientes)	0,00	0,00
Encargo do ano	0,00	0,00
Imposto de rendimento de trabalho	240 242 861,42	245 646 437,00
Imposto de consumo	7 981 764,19	7 981 764,00
IVA	44 538 455,32	27 807 457,00
Imposto de selo	0,00	0,00
Imposto predial urbano	759 000,00	0,00
Retenções na fonte (Fornecedores)	3 971 130,97	0,00
Subsídio à preço	0,00	0,00
INSS	434 645 777,71	564 184 842,00
Outros impostos	0,00	2 594 043,00
Total	732 138 989,61	276 047 937,00

O saldo da rubrica Estado é referente ao IVA liquidado, imposto de consumo, imposto de rendimento de trabalho, imposto de rendimento de trabalho por conta própria, imposto predial urbano, retenção na fonte Lei 19/14 e Segurança social (Nota 19(a)).

Do valor de acordo celebrado com o INSS, criamos uma rubrica (acordo com INSS), para melhor controlo de pagamentos em cada período.

20. Empréstimos de curto prazo

20.1. Composição e movimentos no período

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Empréstimos bancários	483 703 897,00	112 648 941,00	0,00	596 352 838,00
Empréstimos por obrigações	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos por título de participação	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros empréstimos (descoberto bancário)	0,00	97 056 511,01	0,00	97 056 511,01
Total	483 703 897,00	209 705 452,01	0,00	693 409 349,01

O empréstimo referente a capital e juros emergentes do financiamento contraído no Banco Sol por uma (i) livrança em branco, subscrita pela Empresa e avalizada por três Administradores e pela consignação de receitas. O descoberto bancário diz respeito a conta de depósito a ordem junto do Banco Sol e justifica-se pelo débito de juros do financiamento não liquidado pela Empresa.

21. Outros passivos correntes

21.1. Composição

Rubricas	2021	2020
Encargos a pagar	627 536 818,48	300 778 370,00
Remunerações a liquidar	569 690 794,87	243 641 370,00
A outros credores	57 846 023,61	57 137 000,00
Proveitos a repartir por exercícios futuros	30 680 895 156,21	33 555 850 426,00
<i>Subsídio ao Investimentos-frota</i>	30 577 193 072,74	33 119 616 223,00
<i>Subsídio ao sistema de bilhética</i>	89 154 479,80	404 063 356,00
<i>Subsídio à aquisição de equipamento e programas informáticos</i>	7 280 706,47	7 280 706,00
<i>Outros subsídios</i>	7 266 897,20	24 890 141,00
Total	31 308 431 974,69	67 412 479 222,00

Conforme explicado na Nota 4 registou-se no exercício 15 autocarros de marca Scânia avaliados no montante a AKZ 3 610 008 435 (Três mil milhões, seiscentos e dez milhões, oito mil, quatrocentos e trinta e cinco kwanzas), referente ao Subsídio de investimento recebido do Estado em Novembro de 2021.

Notas à Demonstração de Resultados

22. Vendas

22.1. Composição das vendas por mercados

Rubricas	2021	2020
Mercado interno	0,00	0,00
Vendas	0,00	0,00
Subsídios a preços	2 335 382 300,39	1 090 489 360,00
Mercado externo	0,00	0,00
Total	2 335 382 300,39	1 090 489 360,00

23. Prestação de serviços

23.1. Composição das prestações de serviço por mercados

Rubricas	2021	2020
Mercado interno	3 827 111 223,57	2 006 283 014,00
Prestação de serviços	3 827 111 223,57	2 006 283 014,00
Subsídio à preços	0,00	
Mercado externo	0,00	0,00
Total	3 827 111 223,57	2 006 283 014,00

24. Outros proveitos operacionais

24.1. Composição

Rubricas	2021	2020
Serviços suplementares	71 999 997,90	56 484 702,00
Royalties	0,00	0,00
Subsídios à exploração	17 623 243,90	53 883 223,00
Subsídios a investimentos	6 152 431 585,56	1 595 620 286,00
Outros proveitos e ganhos operacionais	0,00	0,00
Total	6 242 054 827,36	1 705 988 211,00

28. Custos com pessoal

Rubricas	2021	2020
Remunerações-Orgãos sociais	104 412 461,39	71 211 714,00
Remunerações-Pessoal	3 051 427 748,14	1 960 716 305,00
Encargos sobre remunerações	216 950 531,31	143 952 047,00
Pensões	420 798,17	0,00
Outras despesas com o pessoal	46 590 427,76	23 236 889,00
Seguros acidente trab. Doenç. Prof.	0,00	0,00
Formação	0,00	0,00
Total	3 419 801 966,77	2 199 116 955,00

29. Amortizações

Rubricas	2021	2020
Imobilizações corpóreas (Nota 4)	6 183 100 948,57	1 626 224 688,00
Imobilizações incorpóreas (Nota 5)	14 810 521,46	14 273 453,00
Total	6 197 911 470,03	1 640 498 141,00

30. Outros custos e perdas operacionais

Rubricas	2021	2020
Subcontratos	0,00	0,00
Fornecimentos e serviços de terceiros	0,00	0,00
Água	5 497 671,51	3 727 976,92
Electricidade	15 500 361,76	28 480 813,54
Combustível, e outros fluídos	958 870 507,05	698 090 855,07
Conservação e reparação	293 139 783,24	358 476 148,30
Material de protecção, segurança e conforto	1 575 798,77	10 318 848,29
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	4 270 938,75	3 981 550,98
Material de escritório	33 493 807,17	23 175 502,16
Livros e documentação técnica	994 930,17	519 400,00
Outros fornecimentos	5 718 760,91	5 169 682,63
Comunicação	67 099 541,05	31 997 153,00
Rendas e alugueres	10 336 000,00	10 440 000,00
Seguros	28 538 901,60	31 174 394,86
Deslocações e estadas	35 338 073,15	42 587 140,94
Despesas de representação	4 684 500,00	18 378 478,00
Conservação e reparação	1 166 500,00	16 068 849,31
Vigilância e segurança	80 490 000,00	103 934 200,00
Limpeza, higiene e conforto	25 313 150,37	12 623 696,00
Publicidade e propaganda	34 669 742,82	0,00
Contencioso e notariado	7 150 108,80	4 892 330,00
Comissões a intermediários	0,00	11 004 932,00
Assistência técnica - Nacional	2 885 749,60	55 617 891,00
Assistência técnica - Estrangeira	34 275 478,78	0,00
Trabalhos executados no exterior	6 519 257,49	0,00
Honorários e avenças	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Outros serviços	6 190 224,12	0,00
Impostos	3 040 891,00	36 443 635,00
Despesas confidenciais	3 111 654,49	0,00
Quotizações	0,00	0,00
Ofertas e amostras de existências	0,00	0,00
Custos e perdas operacionais	0,00	0,00
Total	1 669 872 332,60	1 507 103 478,00

31. Resultados financeiros

Rubricas	2021	2020
Proveitos e ganhos financeiros	12 781,05	5 031 689,00
Juros		
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros	11 156,20	0,00
Rendimentos de investimentos em imóveis	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Rendimentos de participações de capital	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Ganhos na alienação de participações financeiras	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Reposição de provisões)	0,00	0,00
Investimentos em filiais e associadas (Nota 6)	0,00	0,00
Outros activos financeiros (nota 7)	0,00	0,00
Disponibilidades (Nota 10)	0,00	0,00
Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	0,00
Realizadas	1 624,85	1,00
Não realizadas	0,00	721 320,00
Descontos de pronto pagamento obtidos em imóveis	0,00	23 260,00
Outros	0,00	4 287 108,00
Custos e perdas financeiros	(118 335 130,17)	(110 059 453,00)
Juros	(106 140 476,00)	(98 335 015,00)
Amortizações de investimentos em imóveis	0,00	0,00
provisões para aplicações financeiras	0,00	0,00
Investimentos em filiais e associadas (Nota 6)	0,00	0,00
Outros activos financeiros (Nota 7)	0,00	0,00
Disponibilidades (Nota 10)	0,00	0,00
Perdas na alienação de aplicações financeiras	0,00	0,00
Investimentos financeiros	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Realizadas	(56 763,19)	0,00
Não realizadas	0,00	0,00
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Outros	(12 137 890,98)	(11 724 438,00)
Total	(118 322 349,12)	(105 027 764,00)

33. Resultados não operacionais

Rubricas	2021	2020
Proveitos e ganhos não operacionais	76 425 173,74	107 774 047,00
Reposição de provisões	0,00	0,00
Existências (Nota 8)	0,00	0,00
Cobranças duvidosas (Nota 9)	0,00	36 952 624,00
Outros riscos e encargos (Nota 18)	0,00	0,00
Anulação de amortizações extraordinárias	0,00	0,00
Ganhos em imobilizações	0,00	659 953,00
Ganhos em existências	0,00	0,00
Recuperação de dívidas	0,00	10 154 963,00
Benefícios de penalidades contratuais	0,00	0,00
Descontinuidade de operações	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas	0,00	0,00
Correcções relativas a exercícios anteriores	0,00	51 565 722,00
Outros proveitos e ganhos não operacionais	76 425 173,74	8 440 785,00
Custos e perdas não operacionais	(15 830 362,30)	(27 450 035,00)
Provisões	0,00	0,00
Existências (Nota 8)	(689 040,00)	0,00
Cobranças duvidosas (Nota 9)	0,00	0,00
Outros riscos e encargos (Nota 18)	0,00	(15 758 050,00)
Amortizações extraordinárias	0,00	0,00
Perdas em imobilizações	0,00	0,00
Perdas em existências	(3 264 712,00)	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Multas e penalidades contratuais	(3 852 931,87)	(2 648 566,00)
Custos de reestruturação	0,00	0,00
Descontinuidade de operações	0,00	0,00
Alterações de políticas contabilísticas	0,00	0,00
Correcções relativas a exercícios anteriores	(8 023 678,43)	(3 597 419,00)
Outros custos e perdas não operacionais	(8 023 678,43)	(5 446 000,00)
Total	60 594 811,44	80 324 012,00

34. Resultados extraordinários

Rubricas	2021	2020
Proveitos e ganhos extraordinários	65 751,77	0,00
Catástrofes naturais	0,00	0,00
Convulsões políticas	0,00	0,00
Expropriações	0,00	0,00
Sinistros	65 751,77	0,00
Subsídios (a)	0,00	0,00
Anulação de passivos não exigíveis	0,00	0,00
Custos e perdas extraordinárias	0,00	0,00
Catástrofes naturais	0,00	0,00
Convulsões políticas	0,00	0,00
Expropriações	0,00	0,00
Sinistros	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Total	65 751,77	0,00

35. Impostos sobre o rendimento

Rubricas	2021	2020
Resultado contabilístico	794 475 597,01	(568 661 741,00)
Correcções para efeitos fiscais		
A somar: Variações patrimoniais positivas	0,00	861 602 876,00
Prémios de seguro de vida (artigo 18º CII)	263 548,26	0,00
Amortizações excessivas (artigo 40º CII)	0,00	0,00
Amortizações não autorizada (artigo 40º CII)	0,00	0,00
Provisões excessivas (artigo 36º CII)	0,00	0,00
Provisões não previstas (artigo 36º CII)	0,00	0,00
Donativos excedentes aos previstos no (artigo 19º CII)	0,00	0,00
Imposto Industrial (artigo 18.º CII)	264 825 199,00	0,00
Multas fiscais (artigo 18º CII)	3 264 712,00	2 648 566,00
Imposto Predial Urbano (artigo 18.º CII)	0,00	0,00
Despesas de representação (artigo 40º CII)	0,00	0,00
Despesas não documentadas (artigo 17º CII)	0,00	0,00
Despesas de existências (artigo 17º CII)	0,00	0,00
Despesas não especificadas (artigo 17º CII)	0,00	0,00
Tributações autónomas das despesas em 2% (artigo 17.º) CII	0,00	0,00
Tributações autónomas das despesas em 4% (artigo 17.º) CII	0,00	0,00
Tributações autónomas das despesas em 30% (artigo 17.º) CII	0,00	0,00
Tributações autónomas das despesas em 50% (artigo 17.º) CII	0,00	0,00
Tributações autónomas dos donativos em 15% (artigo 17.º) CII	0,00	0,00
Correcções relativas ao exercício anterior	70 520 538,16	0,00
Outros acréscimos	8 712 718,43	0,00
Soma (Acrescer)	347 586 715,85	864 251 442,00
A deduzir: Variações patrimoniais negativas		
Renda	(71 999 997,90)	(97 443 484,00)
	0,00	0,00
Soma (A Deduzir)	(71 999 997,90)	(97 443 484,00)
Lucro Tributável	1 070 062 314,96	198 146 217,00
Prejuízo	0,00	0,00
Exercício -3	0,00	0,00
Exercício- 2	0,00	0,00
Exercício- 1	0,00	0,00
Prejuízos fiscais de anos anteriores	(4 104 503 836,77)	(4 302 650 217,00)
Benefícios Fiscais	0,00	0,00
Soma	0,00	
Lucro tributável (prejuízo fiscal)	(3 034 441 521,81)	(4 104 504 000,00)
Taxa nominal de impostos	25%	25%
Colecta	0,00	0,00
Liquidação Provisória	0,00	0,00
Retenção na Fonte Imposto Industrial 6,5%	0,00	0,00
Imposto a pagar	0,00	0,00

De acordo com o código do Imposto Industrial foram acrescidas à matéria colectável as multas e outras penalidades por não serem aceites como custo fiscal, conforme expresso na d) do artigo nº 18 do CII, e as provisões das existências.

Foram igualmente deduzidas as rendas de imóveis, cuja tributação é efectuada no âmbito do código do imposto predial urbano.

47. Caixa e equivalente de caixa

Rubricas	2021	2020
Caixa		
Numerário	32 294 454,85	23 937 672,00
Saldos em bancos, imediatamente, mobilizáveis	458 911 624,27	23 670 407,00
Equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa (excluindo diferenças de câmbio)	491 206 079,12	47 608 079,00
Diferenças de Câmbio de caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa (actualizados cambialmente)		
Total	491 206 079,12	47 608 079,00

Administradora Executiva

Filomena da Silva Cahungo

Presidente do Conselho de Administração

Catarino Eduardo César

Contabilista

A Contabilista, na OCPCA: 20152930

Lubamba Rita Narciso dos Santos

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE (Valores expressos em milhares de Kwanzas “mAkz”)

Página 1 de 3

Ao Conselho de Administração da
TCUL – Transporte Colectivo Urbano de Luanda, E.P.

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da TCUL – Transporte Colectivo Urbano de Luanda, E.P. (“Empresa”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2021, que evidencia um total de mAkz 32.844.813 e um capital próprio negativo de mAOA 3.783.584, incluindo um resultado líquido de mAkz 1.059.301, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas e dos Fluxos de caixa, do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras

2. A Administração da Empresa é responsável pela preparação e apresentação de modo apropriado destas demonstrações financeiras de acordo com os Princípios Contabilísticos geralmente aceites em Angola e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidades do Auditor

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião independente, sobre estas demonstrações financeiras com base na nossa auditoria, a qual foi conduzida de acordo com as Normas Técnicas da Ordem dos Contabilistas e Peritos Contabilistas de Angola. Estas normas exigem que cumpramos requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.
4. Uma auditoria envolve executar procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação das demonstrações financeiras pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade. Uma auditoria inclui também avaliar a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela Administração da Empresa, bem como avaliar a apresentação global das demonstrações financeiras.
5. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria com reservas.



Bases para a Opinião com Reservas

6. A Empresa não concluiu o cadastro de imobilizado de forma a permitir efectuar uma verificação física inequívoca dos bens de sua propriedade, pelo que não podemos confirmar (i) que todos os bens relevados nas Demonstrações Financeiras se encontram na sua posse (ii) quanto ao estado de conservação e operacionalidade desses bens e (iii) quanto à existência de outros bens essenciais à formação de rendimento não registados. Assim não podemos concluir quanto, ao eventual, efeito que esta limitação pode ter nos “Activos não correntes” da Empresa.
7. Tal como em 31 de Dezembro de 2020, no exercício corrente não efectuámos testes às quantidades em inventário no final do exercício, nem nos foi possível efectuar procedimentos alternativos de auditoria que nos permitissem avaliar do montante das existências naquela data. Por esse facto, não podemos expressar a nossa opinião sobre o valor das existências iniciais e finais, sobre o Custo dos materiais consumidas, incorporados na Demonstração de Resultados na rubrica de “Outros custos e perdas operacionais” e conseqüentemente sobre o seu impacto no apuramento do Resultados do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.
8. Tal como referido no nosso relatório de auditoria do exercício anterior, emitido em 30 de Abril de 2021, foi efectuado um exercício de conferencia de contas correntes que resultou no apuramento de uma variação patrimonial positiva, registada directamente nos Capitais próprios da Empresa no montante de mAkz 899.713. Estas regularizações não foram acrescidas aos Proveitos e ganhos tributáveis em sede de Imposto industrial, nos exercícios em que ocorreram, conforme determina a alínea i) do n.º 1 do Artigo 13.º do Código do Imposto industrial. Adicionalmente, verificou-se a existência em exercícios anteriores e em menor montante no exercício corrente a existência de documentos justificativos de transacções, relacionadas com custos, despesa e aquisição de Imobilizado que não cumprem com o estipulado na Lei das “Facturas e documentos equivalentes”, não sendo aceites como custo fiscal, e estando sujeitas a tributação autónoma em sede de Imposto Industrial nos termos definidos no Artigo 17.º do Código, cujo montante da contingência fiscal associada não foi possível determinar.
9. Conforme referido na nota 2 do anexo às contas, a Empresa reconhece numa base de caixa os “subsídios a preço” obtidos, esta política resulta do facto de não existir um regulamento ou contrato com o Estado que defina as regras de atribuição, nem se observa uma regularidade padrão na liquidação destes subsídios, impossibilitando a adopção do princípio do acréscimo definido como apropriado no Plano Geral de Contabilidade. No exercício de 2021, a Empresa recebeu um montante de mAkz 1.854.968, tendo reconhecido proveitos associados a este subsídio no valor de mAkz 2.335.382. Desta forma, e atendendo ao critério valorimétrico adoptado a rubrica de Vendas (nota 22 do anexo às contas) e o Resultado líquido do exercício, estão sobre avaliados mAkz 480.414.
10. A Empresa não refletiu nas Demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2021 (i) a menos valia resultante da venda em Bolsa da sua participação no capital do Banco BCI no montante de mAkz 20.920, e (ii) não refletiu nos resultados do exercício o reforço efectuado nas “Provisões para depreciação de existências” no valor mAkz 65.359, tendo as mesmas sido deduzidas directamente aos Capitais próprios. Em nosso entender, considerando as situações descritas, o Resultado líquido do exercício está sobreavaliado em mAkz 86.279



Opinião com Reservas

11. Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos descritos na secção “Bases para Opinião com Reservas” nos parágrafo 6 a 8 acima e quanto ao efeito das situações referidas na mesma secção nos parágrafos 9 e 10 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 apresentam de forma apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da TCUL – Transporte Colectivo Urbano de Luanda, E.P. em 31 de Dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola.

Enfâses

12. As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações apesar de, em 31 de Dezembro de 2021, os Capitais próprios serem negativos em mAkz 3.783.584, os passivos exigíveis a curto prazo, constituídos por valores a pagar a Fornecedores, Estado e outras Entidades Públicas no montante de mAkz 4.861.441, serem superiores aos activos de curto prazo mAOA 1.696.887. Em consequência, a continuidade das operações da Empresa, o momento e valor de realização dos seus activos e a liquidação dos seus passivos no curso normal das suas operações, dependem do sucesso futuro daquelas operações e da manutenção pelo Estado de suporte financeiro adequado.

13. Conforme referido na nota 2 do Anexo às contas e no paragrafo 9 acima na secção “Base para Opinião com Reservas”, a Empresa não têm celebrado nenhum contrato com a Tutela nem existe nenhum regulamento que determine as verbas a serem atribuídas à Empresa a título de “Subsídios a preço”. Por esta razão a Empresa optou por efectuar o reconhecimento do referido subsídio numa base de Caixa, derogando assim as políticas contabilísticas definidas no Plano Geral de Contabilidade, para a preparação das Demonstrações financeiras, as quais determinam que as mesmas devem ser preparadas na base do acréscimo

Luanda, 15 de Junho de 2022



Crowe

Representada por João Joaquim Pereira Martins de Castro

Perito Contabilista inscrito na OCPA com o n.º 20140123



TRANSPORTE COLECTIVO URBANO DE LUANDA, E.P.

Conselho Fiscal

**PARECER SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS REFERENTE AO EXERCÍCIO
ECONÓMICO DE 2021**

I. INTRODUÇÃO

Em cumprimento das disposições legais sobre a matéria das Empresas Públicas, nos termos da Lei n.º 11/13, de 3 de Setembro (Lei de Base do Sector Público), conjugado com o Decreto Presidencial n.º 15/17, de 2 de Fevereiro, que aprova o Estatuto Orgânico dos Membros dos Órgãos de Gestão e Fiscalização das Empresas Públicas e das Empresas com Domínio Público, o Decreto n.º 42/01 de 6 de Julho, que aprova o regulamento dos Conselhos Fiscais das Empresas Públicas e o Decreto Presidencial n.º 55/89, de 27 de Fevereiro, que aprova o Estatuto da Empresa de Transporte Colectivo Urbano de Luanda, E.P. (TCUL- E.P.), foi por Despacho n.º 2672/21, de 08 de Julho, de Sua Excelência Senhora Ministra das Finanças, nomeado o Conselho Fiscal da Empresa TCUL-E.P.

A TCUL - TRANSPORTE COLECTIVO URBANO DE LUANDA, EP é uma empresa estratégica, sujeita à superintendência do Ministério dos Transportes, fundada a 27 de Fevereiro de 1988, tendo iniciado a sua actividade a 12 de Julho do mesmo ano.

A sua actuação, assenta em quatro segmentos de negócio, nomeadamente (i) urbano, (ii) intermunicipal, (iii) interprovincial e (iv) aluguer.

No decurso do exercício em apreço, acompanhamos a actividade da empresa com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, verificamos a regularidade da escrituração contabilística e da respectiva documentação. Vigiamos também a observância da Lei e dos Estatutos.

II. DA RESPONSABILIDADE

No âmbito do seu Estatuto Orgânico, é da responsabilidade da TCUL- EP, a preparação das Demonstrações Financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Angola, aplicados de forma consistente entre os exercícios, isentas e com a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita prevenir e detectar fraudes, eventuais erros ou irregularidades.

É da responsabilidade do Auditor Externo, verificar e certificar o registo adequado das contas em conformidade com as regras e procedimentos do Plano Geral de Contas em vigor no País e o seu alinhamento com as melhores práticas internacionais, realçando no exercício da sua opinião, reservas ou não, de aspectos/operações que afectariam materialmente a correcta leitura da posição das contas da empresa.

No mesmo sentido, constitui responsabilidade do Conselho Fiscal, entre outras, a verificação da informação contida nos documentos de prestação de contas, de forma a emitir um Parecer profissional e imparcial, que reflecta as boas práticas de uso de recursos alocados e gerados na empresa, a correcta avaliação do desempenho económico e financeiro, baseado na sua actividade fiscalizadora independentemente da certificação das contas pelos serviços do auditor externo.

III. APRECIÇÃO DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Obtivemos nos dias 06 e 20 de Junho, do Conselho de Administração da TCUL, EP o Relatório de Gestão e Contas e o Relatório do Auditor Independente referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2021.

Nos termos da Lei e do mandato que nos foi conferido, emitimos o parecer sobre os documentos de prestação de contas acima referenciados.

Nesta conformidade, procedemos à análise da evolução dos principais indicadores financeiros face ao seu período homólogo, nos termos que se seguem:

- i. O Activo da TCUL, EP está avaliado em **AKZ 32.844.813.002,92**, tendo diminuído em 5% face ao período anterior, influenciado pela redução do saldo das Imobilizações.
- ii. Foi registado um Passivo de **AKZ 36.169.873.614,74**, inferior em 6% quando comparado ao montante registado no período transacto.
- iii. A empresa apresenta um Capital Próprio negativo em **AKZ 3.783.583.992,64**, porém melhorou em 21% relativamente ao período homólogo, tendo sido influenciado pelo lucro obtido.
- iv. Foi registado um Resultado Líquido do Exercício positivo em **AKZ 1.059.300.796,01**, contra o prejuízo de **AKZ 568.661.741,00** registado no ano anterior;
- v. Foi possível observar que, o controlo do contexto sanitário da COVID-19, e o desagravamento de algumas medidas, permitiu o aumento/reposição da capacidade de transporte de passageiros, sendo certo que, foram transportados **58.934.231** passageiros, com um aumento de mais **171%** comparado ao período homólogo, garantindo à empresa a capacidade técnica, operacional e concomitantemente financeira;
- vi. No período em análise, foram destacados os Proveitos e Ganhos por natureza num montante de **AKZ 12.404.548.351,32**, tendo se verificado um aumento na ordem dos **158,28%**, comparativamente ao período homólogo;
- vii. Do montante referido no ponto anterior, **81%** destes proveitos por um lado é produto dos serviços públicos subvencionado pelo Estado, transferidos regularmente por meio da facturação, a título de subsídio à preço que assegura o equilíbrio das contas, destinados para suportar os custos de exploração, e por outro lado relativo a subsídios a investimentos.
- viii. No que concerne aos Custos e Perdas por Natureza, realça-se o valor correspondente à **AKZ 11.287.585.769,40**, verificando-se um aumento das despesas em **111,11%**, comparativamente ao período homólogo. Este incremento foi influenciado pelo aumento substancial do custo com as amortizações.
- ix. O quadro de pessoal da empresa a 31 de Dezembro de 2021, era composto por 2.022 trabalhadores, comparativamente aos 1.720 reportados no ano anterior. Este aumento é justificado pela admissão de novos colaboradores para atender a necessidade da área operacional. No entanto, apenas 90% do capital humano

encontra-se activo, sendo que a maior parte do remanescente aguarda a reforma pelo INSS.

- x. As demonstrações financeiras da TCUL, EP referentes ao exercício de 2021 foram auditadas pela **Crowe**, cujo relatório de auditoria datado de 15 de Junho, foi emitido com cinco (5) reservas por limitação de âmbito, no qual consta a falta de evidência conclusiva do cadastro do imobilizado, a existência de documentos justificativos de transacções, relacionadas a custos, despesas e aquisição de imobilizados que não cumprem o estipulado na Lei, risco de contingências fiscais, entre outras.
- xi. O Conselho Fiscal procedeu igualmente à análise da Carta de Recomendações do auditor externo, onde constam insuficiências ao nível do controlo interno e contabilístico da empresa, revelando existirem fragilidades ao nível de dezanove (19) domínios, que se consubstanciam em áreas de risco, com elevada probabilidade de ocorrência de erros ou omissões com impacto significativo nas demonstrações financeiras da empresa.

xii. **CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES:**

- 1. A empresa não observou o prazo legalmente estabelecido para a prestação de contas.
- 2. A empresa encontra-se em estado de insolvência, denotando deste modo a sua incapacidade de honrar os seus compromissos de curto, médio e longo prazo.
- 3. Na relação Proveitos e Custos, a empresa gerou um Resultado Líquido positivo, correspondente a **AKZ 1.059.235.044,24**, tendo se verificado lucro substancial, porém, ainda insuficiente para reverter em positivo, a conta de resultados líquidos acumulados, devido aos períodos negativos anteriores;
- 4. A política contabilística e o critério valorimétrico adoptados para os diversos elementos patrimoniais estão relativamente em conformidade com os requisitos legais;
- 5. Foram verificadas no Relatório de Gestão discrepâncias nos resultados dos cálculos, na síntese dos principais indicadores, da variação percentual 2020/2021, sendo certo que a informação produzida concorre para o processo de tomada de decisão, tais erros podem induzir à decisões equivocadas, pelo que, deve-se acautelar que toda informação produzida seja credível;

6. Ressaltamos que a fiabilidade dos dados apresentados está comprometida pelas reservas apresentadas pelo auditor externo, que podem ter um impacto significativo no apuramento do Resultado do Exercício em 31 de Dezembro de 2021, pelo que, é necessário se dirimir tais dúvidas e irregularidades, a fim de que possamos obter dados mais seguros para a tomada de decisão.

Com base nas constatações acima apresentadas, nos documentos analisados e informações disponibilizadas, recomendamos o seguinte:

- i. Que seja aprovado o Relatório de Gestão e Contas, com as reservas reportadas pelo auditor externo;
- ii. Que seja elaborado um cronograma com as recomendações do auditor externo e do Conselho Fiscal com vista ao seu cumprimento escrupuloso;
- iii. Que se acelere o processo de passagem do património da extinta ABAMAT para a esfera da TCUL, EP enquanto fiel depositário, e para todo património já recebido que se faça a inscrição matricial nas instituições afins;
- iv. A necessidade premente do investimento do capital humano, por meio da formação contínua a todo o pessoal das diferentes Direcções, com o objectivo de aumentar as competências dos trabalhadores e maximizar o desempenho de cada um no interesse da empresa;
- v. No que concerne ao Resultado Líquido do Exercício acumulado, consideramos e recomendamos a pertinência de se continuar a envidar esforços no sentido de alterar o quadro, que ainda se apresenta negativo, não obstante o esforço empreendido no período em análise, para que desta forma, se possa salvaguardar a continuidade da empresa;
- vi. Que sejam apresentadas nos próximos exercícios, todas as notas às contas devidamente discriminadas, a fim de facilitar a análise das rubricas;
- vii. Que se proceda ao encerramento de contas trimestrais atempadamente, para permitir que sejam detectadas possíveis inconsistências, ajustando-as, facilitando deste modo, o bom fecho das contas anuais;

- viii. Que sejam implementadas medidas concretas pelo Conselho de Administração, com vista a eliminação das deficiências dos sistemas contabilísticos e de controlo interno existentes na empresa;
- ix. A reestruturação profunda da empresa com vista a um melhor desempenho económico, financeiro e operacional.

O Conselho Fiscal expressa os seus agradecimentos ao Conselho de Administração e aos colaboradores da TCUL, EP pelo contributo e apoio dispensados.

CONSELHO FISCAL DA TCUL, EM LUANDA, AOS 27 DE JUNHO 2022

Presidente

Nkasa Natacha K. Mbala
Nkasa Natacha K. Mbala

VOGAL

Pedro Nascimento
Pedro Nascimento

VOGAL

António Malato
António Malato